



**PARECER PRÉVIO Nº 92/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11337/2017.**

**Apenso:** Processo nº 10624/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Sr. Pedro Amorim Rocha e Sr. Renaldo Serrão dos Santos

**6- Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3587/2023-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao exercício de 2016 (U.G: 576), de responsabilidade do **Sr. Pedro Amorim Rocha**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 03.07.2016, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o art. 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da EC nº. 15/1995, artigo 18, I, da LC nº 06/1991, arts. 1º, I, e 29 da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, e art. 5º, I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, III, da Resolução. nº 09/1997;

**10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao exercício de 2016 (U.G: 576), de responsabilidade do **Sr. Renaldo Serrão dos Santos**, Prefeito e



**PARECER PRÉVIO Nº 92/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Ordenador de Despesas, no período de 04.07.2016 a 31.12.2016, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.

- 11- **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**

Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 92/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 92/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11337/2017.**

**Apenso:** Processo nº 10624/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Sr. Pedro Amorim Rocha e Sr. Renaldo Serrão dos Santos

**6- Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3587/2023-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2016.

Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

**10.1.1.** desatualização total do Portal de Transparência e a não atualização dos dados até 03 de julho de 2016, em razão ainda de não evidenciar as receitas, relatórios, boas práticas de transparências, como não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, II, §2º e §3º e 48-A da LC nº 101/2000);

**10.1.2.** descumprimento do artigo 165, Parágrafo 3º da Constituição Federal, em razão da não publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (1º, 2º e 3º), relatórios resumidos da execução orçamentária;



**ACÓRDÃO Nº 92/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 92/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.1.3.** o descumprimento das exigências contidas nos arts. 31, 70 e 74, caput, incisos e §1º, da CF/1988, arts. 39 e 45, da C.Estadual, art. 76, da Lei nº 4.320/64, art. 59, da LC 101/00, art. 43 a 47, da Lei nº 2.423/96 e Resolução TCE nº 09/2016, conforme a seguir: a) A não apresentação do instrumento legal de criação do Controle Interno, não obstante na apresentação do Relatório do Controle Interno seja citada a Lei Municipal 439/2011; b) A não apresentação do instrumento de nomeação de controlador interno; c) Apresentação do Relatório do Controle Interno, mesmo sem os documentos legais que possam lastrear o documento;

**10.1.4.** não posicionamento do Controle Interno sobre: a. o atraso da FOPAG Fundeb do funcionalismo respectivo da municipalidade; b. o não recolhimento das cotas previdenciárias, servidor e patronal no exercício inspecionado ao INSS;

**10.1.5.** não envio de dados ao sistema GEFIS referente ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2016 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Res. nº 15/2013, alterada pela Res. nº 24/2013;

**10.1.6.** descumprimento do prazo de envio de dados e não envio ao Sistema GEFIS referente ao 1º e 2º semestre de 2016 do RGF, em descumprimento ao art. 32, II, "h", da LO/TCE c/c o art. 5º, § 1º da Lei nº 10.028/00;

**10.1.7.** descumprimento da transparência em sítio informado, transgredindo os preceitos estabelecidos de acordo com a LC nº 131/2009 e seu normativo e também o Decreto nº 7185/2010 pois o Portal de Transparência não está atualizado o que impede que se dê pleno cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal;

**10.2.** **Determinar** o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Urucurituba, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;



**ACÓRDÃO Nº 92/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 92/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3.** **Determinar** à Secretaria de Controle Externo-SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de **01 a 72 da DICAMI e de 73 a 74 da DICOP**, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens **75 a 82** que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Voto;

**10.4.** **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Urucurituba e à Prefeitura Municipal.

11. **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12. **Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023.

13. **Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14. **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral